



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações

consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 23 de agosto de 2017

A Administração

Balanços Patrimoniais Levantados

EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante		149.212	149.173
Disponibilidades	4	1.153	823
Títulos e valores mobiliários		124.722	127.888
Carteira própria		124.722	127.888
Outros créditos		23.337	20.462
Diversos	6	23.337	20.462
Realizável a longo prazo		443.824	396.889
Títulos e valores mobiliários		384.694	338.881
Carteira própria		384.694	338.881
Outros créditos		59.130	58.008
Diversos	6	59.130	58.008
TOTAL DO ATIVO		593.036	546.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota	2017	2016
Circulante		66.589	53.785
Outras obrigações		66.589	53.785
Fiscais e previdenciárias	9	13.618	2.204
Diversas	8	52.971	51.581
Exigível a longo prazo		95.712	89.786
Outras obrigações		95.712	89.786
Fiscais e previdenciárias	9	3.463	3.362
Diversas	8	92.249	86.424
Patrimônio líquido		430.735	402.491
Capital social		474.654	474.654
De domiciliados no país	11	474.654	474.654
Prejuízos acumulados		(43.919)	(72.163)
TOTAL DO PASSIVO		593.036	546.062

Demonstrações do Resultado

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por lote de mil quotas)

	Nota	1º sem/2017	2º sem/2016
Receitas da intermediação financeira		29.363	29.681
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	29.363	29.681
Resultado bruto da intermediação financeira		29.363	29.681
Outras receitas (despesas) operacionais		13.527	6.703
Receitas de prestação de serviços	12	81.020	72.652
Outras despesas administrativas	13	(50.175)	(49.626)
Despesas tributárias	16	(13.204)	(12.010)
Outras receitas operacionais	14	3.671	3.652
Outras despesas operacionais	15	(7.785)	(7.965)
Resultado operacional		42.890	36.384
Resultado não operacional		(78)	32
Resultado antes da tributação sobre o lucro		42.812	36.416
Imposto de renda e contribuição social		(14.568)	(12.159)
Provisão para imposto de renda	7b	(8.081)	(5.645)
Provisão para contribuição social	7b	(2.913)	(2.043)
Ativo fiscal diferido	7b	(3.574)	(4.471)
Lucro líquido do semestre		28.244	24.257
Lucro líquido por lote de mil cotas - 474.654.195 (474.654.195 em 2016)	11	59,50	51,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	1º sem/2017	2º sem/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		15.489	7.945
Lucro ajustado		28.244	24.257
Lucro líquido		(12.755)	(16.312)
Ajustes ao lucro líquido		2.174	1.333
Provisões e obrigações legais	10b	2.174	1.333
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	14	(134)	(123)
Impostos diferidos e créditos tributários	7e	3.574	4.471
Provisões para imposto de renda e contribuição social	7b	10.994	7.688
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		(29.363)	(29.681)
Variações das contas de ativo e passivo operacional		(1.875)	385
(Aumento)/Redução de outros créditos		(337)	9.160
Aumento/(Redução) em outras obrigações		5.562	(3.330)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.100)	(5.445)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		13.614	8.330
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(13.284)	(8.206)
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(13.284)	(8.206)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(13.284)	(8.206)
Aumento (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		330	124
Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres		823	699
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres		1.153	823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

	Capital	Lucro(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2016	474.654	(96.420)	378.234
Lucro líquido do semestre	-	24.257	24.257
Saldo em 31 de dezembro de 2016	474.654	(72.163)	402.491
Lucro líquido do semestre	-	28.244	28.244
Saldo em 30 de junho de 2017	474.654	(43.919)	430.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades dos Grupos de Consórcios

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

	1º sem/2017	2º sem/2016
Disponibilidades no início dos semestres	355.748	302.813
Depósitos bancários	6.457	2.643
Aplicações financeiras	349.291	300.170
(+) Recursos coletados	517.768	477.986
Contribuições para aquisição de bens	394.342	363.921
Taxa de administração	77.601	69.723
Contribuições ao fundo de reserva	12.148	11.168
Rendimento de aplicações financeiras	17.721	17.422
Multas e juros moratórios	3.160	4.993
Prêmios de seguro	6.686	6.586
Outros	6.110	4.173
(-) Recursos utilizados	442.975	425.051
Aquisição de bens	338.960	327.738
Taxa de administração	79.126	71.048
Multas e juros moratórios	1.582	1.345
Prêmios de seguro	6.891	6.705
Custas judiciais	6	25
Devolução a consorciados desligados	7.841	9.239
Despesas de registro de contratos	248	1.469
Outros	8.321	7.482
Disponibilidades no fim dos semestres	430.541	355.748
Depósitos bancários	2.249	6.457
Aplicações financeiras (nota 5)	428.292	349.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016
Circulante	1.246.080	1.166.005
Disponibilidades	2.249	6.457
Depósitos bancários	2.249	6.457
Aplicações financeiras (nota 5)	428.292	349.291
Outros créditos	815.539	810.257
Direitos com consorciados contemplados	815.539	810.257
Normais	801.871	800.602
Em atraso	13.668	9.655
COMPENSAÇÃO	3.710.396	3.637.768
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	53.362	49.463
Contribuições devidas ao grupo	2.013.586	1.983.976
Valor dos bens a contemplar	1.643.448	1.604.329
Total do ativo	4.956.476	4.803.773
PASSIVO	2017	2016
Circulante	1.246.080	1.166.005
Obrigações diversas	1.246.080	1.166.005
Obrigações com consorciados	480.799	465.491
Valores a repassar	2.053	2.053
Obrigações por contemplações a entregar	254.308	236.534
Obrigações com a Administradora	253	251
Recursos a devolver a consorciados	417.713	381.887
Recursos dos grupos	90.954	79.789
Compensação	3.710.396	3.637.768
Recursos mensais a receber de consorciados	53.362	49.463
Obrigações do grupo por contribuição	2.013.586	1.983.976
Bens a contemplar - valor	1.643.448	1.604.329
Total do passivo	4.956.476	4.803.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF e lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de agosto de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

- Administradora
 - Resultado das operações

Caixa e equivalentes de caixa pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receitas de prestação de serviços por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.
 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional - CMN são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.
 - Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com Banco GMAC S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".
 - Ativos circulante e realizável a longo prazo

O ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.
 - Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração, não houve indícios de perda por "*impairment*" no semestre findo em 30 de junho de 2017.
 - Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".
 - Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.
 - Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
 - Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
 - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
 - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
 - Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.
 - Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.
- Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

- Grupos de consórcio
 - Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.
 - Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.
 - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.
 - Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.
 - Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.
 - Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.
 - Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.
 - Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.
 - Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.
 - Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.
 - Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.
- A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2017	2016
Quantidade de grupos administrados	418	395
Quantidade de consorciados ativos	118.163	111.753
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	219.133	210.083
Quantidade de bens entregues no semestre	8.217	8.140
Quantidade de bens pendentes de entrega	5.478	5.341
Taxa de inadimplência	15,20%	14,24%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	2017	2016
Disponibilidades	1.153	823

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2017	2016	2017	2016
Certificados de Depósito Bancário - CDBs:				
Banco GMAC S.A. - CDB Pré-Fixado (a)	398.679	360.056	-	-
Fundos de Investimentos DI (b)	110.737	106.713	-	-
Cotas de fundos de investimento:				
BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (c)	-	-	428.292	349.291
Total	509.416	466.769	428.292	349.291

(a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até maio de 2020, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 9,12% (aplicação pactuada em maio de 2017) e 15,74% (aplicação pactuada em novembro de 2015). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$24.296 (R\$26.609 em 2016), conforme nota 17d.

(b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda. O resultado do Fundo de Investimento DI foi de R\$5.067 (R\$3.072 em 2016).

(c) São representados por aplicações em Fundo de Investimento não exclusivo, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço. O saldo inclui aplicações vinculadas a contemplações no montante de R\$428.292 (R\$349.291 em 2016).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	2017			2016		
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 2 anos
Administradora:						
Certificados de Depósito Bancário		13.985	384.694		21.175	338.881
Fundos de Investimentos DI	110.737			106.713		
Total	110.737		398.679	106.713		360.056

	2017		2016	
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Total
Grupos:				
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II	428.292	428.292	349.291	349.291

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	7.897	304
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (nota 7c)	68.899	72.442
Devedores por depósitos em garantia (nota 10b)	5.169	5.006
Outros (b)	502	718
Total	82.467	78.470
Ativo circulante	23.337	20.462
Realizável a longo prazo	59.130	58.008

- (a) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré-Fixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do semestre corrente.
- (b) Refere-se substancialmente à recuperação junto aos agentes de consórcios de valores de comissões pagas pela venda de cotas de consórcio que foram posteriormente canceladas.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos semestres:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	42.812	42.812	36.416	36.416
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de acordo com as alíquotas	(10.703)	(3.853)	(9.104)	(3.278)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições/exclusões permanentes	(18)	(6)	(88)	(32)
Outras adições/exclusões permanentes	-	-	331	-
Incentivo Projetos Culturais (i)	12	-	12	-
Adicional do imposto de renda	(10.709)	(3.859)	(8.849)	(3.310)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	(10.709)	(3.859)	(8.849)	(3.310)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.568)	(12.159)		

(i) No semestre findo em 30 de junho de 2017 não houve incentivos fiscais, sendo que em 2016 houve o total de incentivos de R\$190, referente a doações a projetos culturais (PRONAC), conforme Lei Rouanet (Lei 8.313, conforme art. 18º), R\$47 a doações ao fundo do esporte (Lei 11.438/2006, art.3º), R\$47 a doações ao FUNCAD (Lei 9.250/95, Art. 1º) e R\$47 a doações ao fundo do Idoso (Lei 9.250/95, Art. 1º).

b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
IRPJ e CSLL correntes devidos no semestre	(8.081)	(2.913)	(5.645)	(2.043)
Constituição/realização de impostos diferidos:				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(3.468)	(1.249)	(2.567)	(876)
Provisões para riscos fiscais	18	6	20	7
Provisões para cíveis e trabalhistas	446	161	202	72
Provisões para comissões	343	124	1.199	432
Outras adições temporárias	56	20	(2.052)	(899)
Constituição/realização de passivo fiscal diferido:				
Correção de depósitos judiciais	(23)	(8)	(6)	(3)
Total	(10.709)	(3.859)	(8.849)	(3.310)
	(14.568)		(12.159)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	42.083	15.198	45.551	16.447

Adições temporárias:

Provisões para riscos fiscais (nota 10)	707	254	689	248
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10)	1.469	529	1.023	368
Provisões para comissões (nota 8)	6.086	2.191	5.743	2.067
Outros	281	101	225	81
Total do crédito tributário	68.899	72.442		

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2017:

Ano	IRPJ		CSLL		Valor contábil	Valor presente*
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Base Negativa		
2017	1.308	3.607	2.473	1.298	8.686	7.952
2018	6.599	8.016	374	2.886	17.875	15.041
2019	218	9.359	78	3.369	13.024	10.075
2020	143	9.995	52	3.598	13.788	9.658
2021	94	11.106	34	4.047	15.281	9.592
2022	181	-	64	-	245	138
Total	8.543	42.083	3.075	15.198	68.899	52.456

(*) O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$52.456 em 30 de junho de 2017.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros. No processo de elaboração da nota explicativa de realização de créditos tributários, foram consideradas as instruções da Circular BACEN nº 3.174/03, Resolução CMN nº 3.059/02 e Resolução CMN nº 4.441/15, art. 5º.

continua



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

☆ **continuação**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	Constituições (Realizações)	
	31/12/2016	30/06/2017
Créditos tributários:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisões para riscos fiscais	937	24
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	1.391	607
Provisões para comissões	7.810	467
Outras adições temporárias	306	76
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	<u>10.444</u>	<u>1.174</u>
Créditos de prejuízo fiscal	45.551	(3.468)
Créditos de base negativa de contribuição social	16.447	(1.249)
Total de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas	<u>61.998</u>	<u>(4.717)</u>
Total de créditos tributários (nota 6)	<u>72.442</u>	<u>(3.543)</u>
Obrigações fiscais diferidas:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Atualizações de depósitos judiciais	(605)	(31)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias (nota 9)	<u>(605)</u>	<u>(31)</u>
Líquido	<u>71.837</u>	<u>(3.574)</u>

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Composição das outras obrigações diversas:

	2017	2016
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	88.009	85.033
Provisões de valores a devolver a consorciados (b)	22.153	21.179
Provisões para comissões sobre vendas de cotas de consórcio	24.344	22.971
Provisões para riscos cíveis (nota 10a)	3.808	3.642
Provisão para riscos trabalhistas (nota 10a)	2.072	452
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 17d)	967	941
Outros	<u>3.867</u>	<u>3.787</u>
Total	<u>145.220</u>	<u>138.005</u>
Passivo circulante	52.971	51.581
Exigível a longo prazo	92.249	86.424

(a) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II. Do total de recursos não procurados, apenas R\$22.426 (R\$22.408 em 2016) são passíveis de incidências da taxa de administração conforme prevista na Circular 3.432/09. Os demais valores não sofrem tal dedução.

(b) Referem-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam informações dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Composição de outras obrigações fiscais e previdenciárias em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	2017	2016
Provisões para impostos sobre o lucro - Corrente - IRPJ e CSLL (a)	10.994	-
Provisões para riscos fiscais (nota 10a)	2.827	2.757
Provisões para passivo fiscal diferido sobre atualizações monetárias dos depósitos judiciais (b) (nota 7e)	636	605
Impostos e contribuições a recolher (c)	<u>2.624</u>	<u>2.204</u>
Total	<u>17.081</u>	<u>5.566</u>
Passivo circulante	13.618	2.204
Exigível a longo prazo	3.463	3.362

(a) Referem-se aos valores a pagar de IRPJ R\$8.081 (R\$0 em 2016) e de CSLL R\$2.913 (R\$0 em 2016) sobre o resultado do semestre corrente (nota 7b).

(b) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo (nota 7e).

(c) Referem-se aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$2.622 (R\$2.189 em 2017) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$2 (R\$15 em 2016).

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	2017	2016
Provisões para riscos fiscais (nota 9)	2.827	2.757
Provisões para riscos cíveis (nota 8)	3.808	3.642
Provisões para riscos trabalhistas (nota 8)	2.072	452
Total	<u>8.707</u>	<u>6.851</u>

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.757	452	3.642	6.851
Constituição/(Reversão) líquida do semestre	70	1.620	484	2.174
Pagamentos	-	-	(318)	(318)
Saldo em 30 de junho de 2017	<u>2.827</u>	<u>2.072</u>	<u>3.808</u>	<u>8.707</u>
Depósitos em garantia (nota 6)	<u>2.842</u>	<u>138</u>	<u>2.189</u>	<u>5.169</u>

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	2017		2016	
	Quantidade de processos	Montante em R\$ mil	Quantidade de processos	Montante em R\$ mil
Trabalhistas	25	3.105	4	251
Cíveis	173	960	227	1.536
Fiscais	8	2.628	6	5.607
Total	206	6.693	237	7.394

Obrigações legais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

• PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (Pis-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (Pis-Faturamento).

• A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$ 1.572 até a data da publicação.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 474.654.195 cotas sem valor nominal no montante de R\$ 474.654 em 30 de junho de 2017 (474.654.195 cotas sem valor nominal no montante de R\$474.654 em 31 de dezembro de 2016).

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$ 28.244 no semestre findo em 30 de junho de 2017, não foram distribuídos dividendos ou destinação de reserva, em virtude do prejuízo acumulado não ter sido totalmente compensado.

12. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços referem-se à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	2017	2016
Receitas de prestação de serviços	81.020	72.652

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesa de rateio com folha de pagamento (a) (nota 17d)	5.766	5.957
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio	35.958	36.639
Serviços técnicos especializados	3.376	3.744
Sistema de comunicação	1.226	1.011
Sistema de processamento de dados	586	740
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.101	714
Despesas com propaganda e publicidade	346	103
Outras	<u>1.816</u>	<u>718</u>
Total	<u>50.175</u>	<u>49.626</u>

(a) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento realizada para o Banco GMAC S.A.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	-	64
Atualização monetária de impostos a compensar e depósitos judiciais	134	123
Receita de multa e juros	1.590	1.341
Recuperação de despesas operacionais	1.632	1.455
Outras (a)	<u>315</u>	<u>669</u>
Total	<u>3.671</u>	<u>3.652</u>

(a) Refere-se substancialmente à recuperação de comissão sobre vendas de cotas de consórcio que estejam inadimplentes ou canceladas.

15. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Variação monetária e juros passivos (a)	4.940	5.227
Atualização das provisões para riscos fiscais (nota 10b)	70	80
Provisões para riscos cíveis e trabalhistas (nota 10b)	2.104	1.253
Outras	<u>671</u>	<u>1.405</u>
Total	<u>7.785</u>	<u>7.965</u>

(a) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo BRAM Fundo de Investimento Referencial DI Federal II.

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
ISS	4.130	3.699
PIS	1.562	1.425
COFINS	7.508	6.875
IOF	4	11
Total	<u>13.204</u>	<u>12.010</u>

17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de curto prazo

	2017	2016
Salários e Honorários da Diretoria Executiva	160	188
Remuneração fixa	162	14
Remuneração variável	51	24
Outros benefícios (Prêmios, Rescisões e Benefícios)	<u>373</u>	<u>226</u>

c) Rescisão do contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são resumidos como segue:

	Ativo (Passivo)		Receitas (Despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Controladora:				
Banco GMAC S.A.:				
Títulos e valores mobiliários (nota 5a)	398.679	360.056	24.296	26.609
Outras obrigações - diversas (nota 8)	(967)	(941)	-	-
Outras despesas administrativas (nota 13)	-	-	(5.766)	(5.957)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

19. LIMITE OPERACIONAL

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2017 foi de 17,93%. O cálculo do patrimônio líquido ajustado leva em consideração todas as empresas que compõem o conglomerado do Banco GMAC S.A.

Título/Risco ponderado	Ativos	Ativo ponderado por risco	Patrimônio de referência exigido
Risco reduzido - 20%	11.159	2.232	206
Risco reduzido - 75%	6.637.216	4.977.912	460.457
Risco reduzido - 100%	2.444.251	2.444.251	226.093
Risco reduzido - 250%	170.690	426.725	39.472
Risco reduzido - 300%	<u>37.916</u>	<u>113.747</u>	<u>10.522</u>
Subtotal 1	<u>9.301.232</u>	<u>7.964.867</u>	<u>736.750</u>
Parcela para cobertura de risco operacional	1.515.147	1.515.147	140.151
Parcela para cobertura de exposição de risco cambial	<u>66</u>	<u>66</u>	<u>6</u>
Subtotal 2	<u>1.515.213</u>	<u>1.515.213</u>	<u>140.157</u>
Total	<u>10.816.445</u>	<u>9.480.080</u>	<u>876.907</u>
Patrimônio de referência			1.699.441
Índice de Basileia			17,93%



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ nº 49.937.055/0001-11

☆ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Administração e Cotistas da

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2017 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo em 30 de junho de 2017 e as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2017 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um

alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oseliero Filho

Contador

CRC nº 1 SP 234751/O-6

Deloitte.



CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS